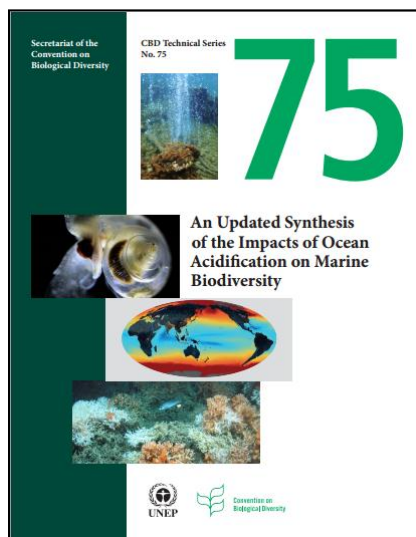


Acidificação dos Oceanos Afeta Negativamente a Economia Global, segundo Relatório da ONU

Durante a 12ª Conferência das Partes (COP 12) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em Pyeongchang, Coreia do Sul, foi lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o relatório "Síntese Atualizada dos Impactos da Acidificação dos Oceanos sobre a Biodiversidade Marinha".

A acidificação dos oceanos ocorre em função do aumento da concentração de CO₂ na atmosfera que, por sua vez, é absorvido (dissolvido) pelos oceanos. De acordo com o relatório, este processo de absorção de CO₂ possui grande relevância, visto que retarda a mudança do clima, por contribuir para a redução da concentração deste gás na atmosfera. No entanto, este processo também possui consequências indesejáveis, uma vez que ocasiona alterações químicas nos oceanos, gerando impactos adversos na biodiversidade marinha, nos serviços ecossistêmicos e, conseqüentemente, na sociedade.



Com esta absorção de CO₂, é afetada a estabilidade do carbonato de cálcio no sistema, que se apresenta na forma sólida em diversas estruturas, como conchas, substratos, ou como componente estrutural de alguns organismos, como moluscos (mexilhões, ostras), equinodermos (ouriços do mar), crustáceos (caranguejos e lagostas), corais e algas calcificadoras, (que constituem os recifes).

Assim, com a redução do pH nos oceanos, estes organismos calcificadores requerem mais energia para produção de carbonato de cálcio, além de sofrerem com a dissolução de suas conchas. Este fato, atrelado a outros impactos ambientais negativos, ocasionam o aumento da vulnerabilidade dos recifes de coral.

Fonte: Conservação sobre Diversidade Biológica, 2014. <http://www.cbd.int/>.

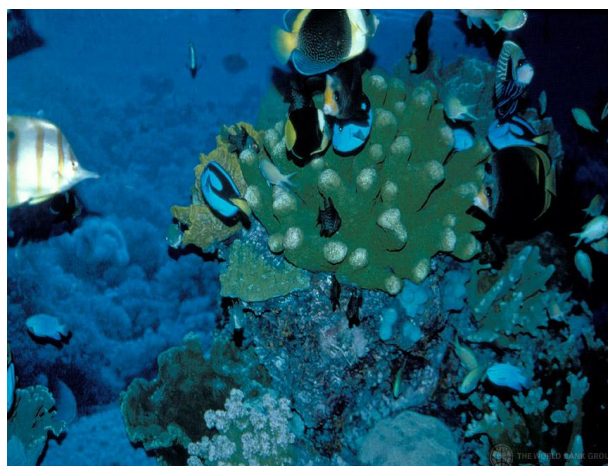
Acidificação dos Oceanos Afeta Negativamente a Economia Global, segundo Relatório da ONU (continuação)

Os ambientes coralíneos desempenham serviços ecossistêmicos de grande relevância por motivos diversos: protegem as áreas costeiras da ação do mar; fazem parte de uma teia alimentar de alta complexidade, que reflete nos níveis tróficos mais altos, como os grandes predadores e espécies utilizadas na alimentação humana; contribuem para a renovação dos estoques pesqueiros em áreas altamente exploradas; além de fornecerem matéria prima para a ser explorada pela área farmacológica.

No entanto, estima-se que, nos últimos 200 anos, os oceanos absorveram mais que um quarto do CO₂ emitido através de atividades humanas, o que aumentou a acidificação em uma proporção equivalente. Além disso, as emissões continuadas de CO₂ antropogênico nos próximos 100 anos poderão aumentar ainda mais a acidificação, o que tenderá a difundir os impactos nos ecossistemas marinhos. Muitos destes

impactos são altamente nocivos e podem comprometer os bens e serviços oferecidos pelos ecossistemas marinhos.

De acordo com o relatório, a consciência internacional quanto as potenciais consequências da acidificação dos oceanos vem aumentando, através do estabelecimento de programas e projetos de investigação destes impactos. Para conhecer as principais conclusões do relatório, acesse: <http://www.cbd.int/>.



Créditos: Banco Mundial/Carl Gustav

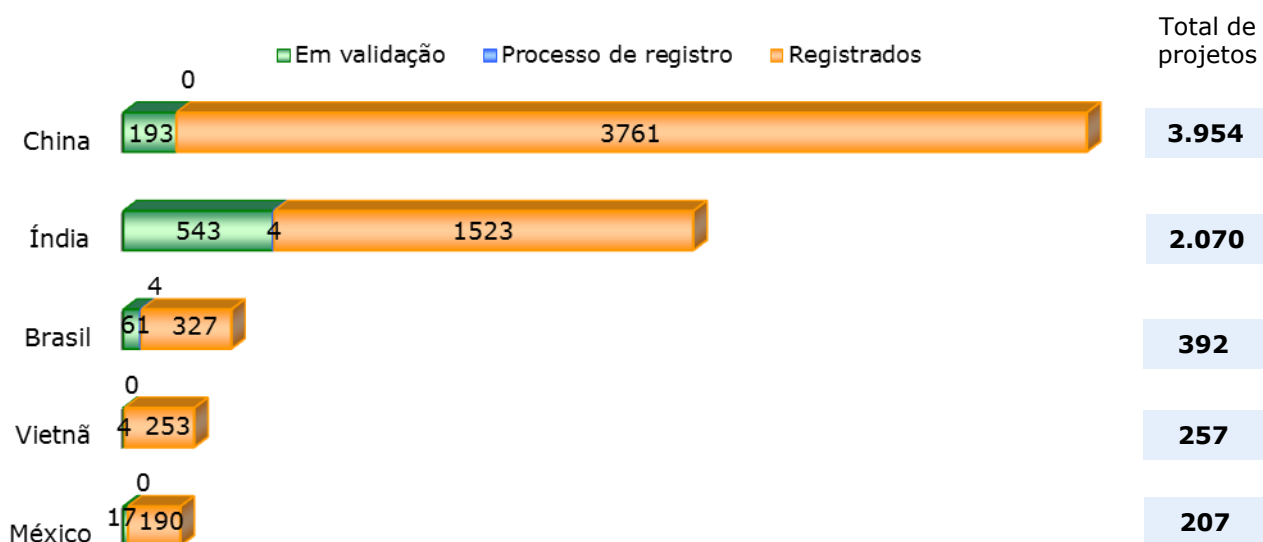
Fonte: Conservação sobre Diversidade Biológica, 2014. <http://www.cbd.int/>.

Panorama do Mercado de Carbono

Fonte: UNEP Risoe Centre, 1º de setembro de 2014

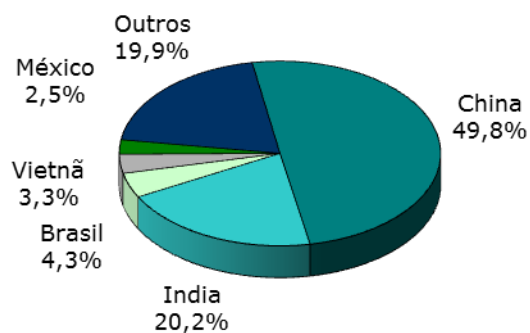
Projetos no âmbito do MDL no Brasil e no Mundo

Existem hoje 7.554 projetos em MDL registrados no Conselho Executivo da ONU, que geram anualmente 981 milhões de créditos de carbono. A China permanece na liderança de projetos registrados, com 3.761, seguida da Índia (1.523) e do Brasil (327).

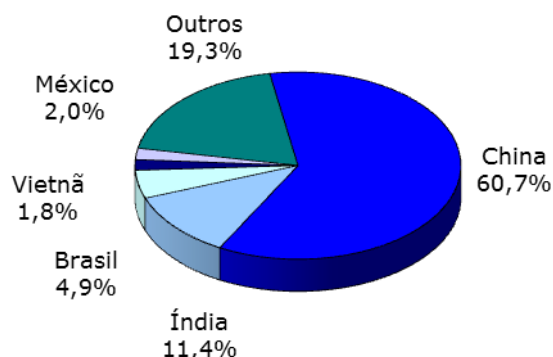


China, Índia, Brasil, Vietnã e México somam 80% dos projetos de MDL registrados, gerando cerca de 792 milhões de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) ao ano. A China se destaca ao responder por 50% das RCEs.

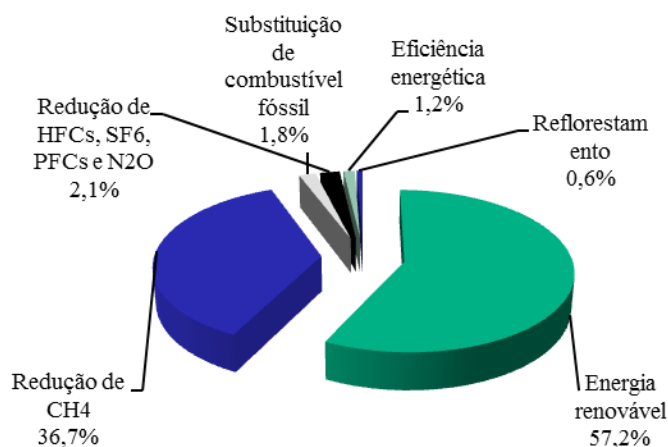
Projetos Registrados



RCE (Reduções Certificadas de Emissões)



Projetos brasileiros registrados no Conselho Executivo do MDL por categoria



Os projetos de MDL são desenvolvidos de acordo com as metodologias aprovadas pelo Conselho Executivo.

A maior parte das atividades dos projetos registrados do Brasil está no setor energético (187). O país apresenta também 120 projetos de redução de gás metano, subdivididos em emissões de metano evitadas (65), captura de CO₂ (1), aterro sanitário (51) e emissões fugitivas (3). Os 4,7% restantes correspondem aos demais 19 projetos (redução de HFCs, SF₆, PFC, N₂O, substituição de combustível fóssil, eficiência energética e reflorestamento).

Estão situados na Região Sudeste 38,5% dos projetos de MDL brasileiros, sendo São Paulo o estado com a participação mais expressiva.

Estudos das cidades será Foco do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas

Para os próximos 2 anos, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), informou que irá focar suas análises e estudos nas cidades brasileiras. De acordo com a presidente do comitê científico do Painel, Suzana Kahn, em 2050, "estima-se que 70% da população habitará as cidades, que irão consumir mais da metade da energia produzida no mundo. Além disso, as cidades serão as áreas mais impactadas pelos danos relacionados ao clima, além de serem uma grande fonte de emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE)". De acordo com o Painel, será realizado um diagnóstico quanto às medidas e tecnologias disponíveis, assim como a adequação em função das especificidades das cidades. Para mais informações, acesse: <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br>.

Fonte: Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2014, <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/>.



R\$ 15,7 milhões são Aprovados pelo Fundo Amazônia para Combate ao Desmatamento em Terras Indígenas

O Instituto The Nature Conservancy do Brasil (TNC), responsável pelo projeto de gestão territorial e ambiental em áreas indígenas, no Pará e no Amapá, receberá apoio de R\$ 15,7 milhões para sua implantação. O objetivo é contribuir para o controle do desmatamento, favorecendo 8,8 mil indígenas. O recurso foi liberado pelo administrador do Fundo Amazônia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), apenas 3% do desmatamento na Amazônia ocorrem nas Terras Indígenas, que representam 21% do território da Amazônia Legal. O projeto do TNC foi apresentado durante a chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas no Bioma Amazônia. Até 21 de novembro, a chamada pública estará em aberto para o recebimento de propostas.

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, 2014, <http://www.bndes.gov.br/> e Ministério do Meio Ambiente, 2014, <http://www.mma.gov.br/>.

Agende-se:

Seminário Indústria e Mitigação da Mudança do Clima

Rio de Janeiro
29 de outubro de 2014
www.firjan.org.br

ISO 50001 – Sistema de Gestão de Energia - Intepretação e Implementação

São Paulo
1 e 2 de dezembro de 2014
<http://www.lrqg.com.br/>

2nd Brazilian Bioenergy Science and Technology Conference – BBEST

São Paulo
20 a 24 de outubro de 2014
<http://www.bbest.org.br/>

ISO 14064 - Treinamento de Auditores - Responsabilidade e Certificação Relativas a Gases de Efeito Estufa

In Company
<http://www.sgsgroup.com.br/>

Escritório do Carbono
GMA /DQV
(21) 2563-4140 / carbono@firjan.org.br

Fórum Empresarial
de Mudanças Climáticas
(21) 2563-4694 / fmc@firjan.org.br